

**ATA DA 35ª (TRIGÉSIMA QUINTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª (TERCEIRA) SESSÃO LEGISLATIVA DA LEGISLATURA 2017/2020**, realizada no dia cinco de novembro de dois mil e dezenove, sob a presidência do Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, aberta esta reunião às dezenove horas e dez minutos. Foi executado o Hino de Patrocínio. A mensagem bíblica foi lida pela Sr.ª Ver.ª Neusa Mendes. Estavam presentes, na primeira chamada, os (as) Srs. (as) Vereadores (as): Adriana Fátima de Paula Magalhães; Alexandre Vitor Castro da Cruz (Prof.); Joel da Silva Carvalho; José de Arimatéia Neves; Marcilene Jacinto Queiroz; Neusa Mendes; Paulo Roberto dos Santos (Panxita); Raquel Aparecida Rezende Moraes; Roberto Margari de Souza; Ricardo Antoni Rodrigues (Balila), Rogério Moreira Silva (Rogério Nelis) e Thiago Oliveira Malagoli. A Ata da 34ª (Trigésima Quarta) Reunião Ordinária da 3ª (Terceira) Sessão Legislativa da Legislatura 2017/2020 foi aprovada por unanimidade. Não houve leitura de correspondências. Foi justificada a ausência dos vereadores Carlos Alberto Silva (Carlão) e José Roberto dos Santos (Salitre). A Sra. Ver.ª Dra. Neusa Mendes requereu que fosse prejudicada a Indicação nº 1367/2019 por ser objeto da Indicação nº 1291/2019, de sua autoria, já aprovada; e, como Líder do Governo, a inserção na Ordem do Dia, com votação em Regime de Urgência, do **Processo de Lei nº 406/2019 (PL nº 52/2019)** – Dispõe sobre o aumento do percentual limite para abertura de crédito adicional especificamente para o Departamento de Água e Esgotos de Patrocínio e abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do exercício de 2019 e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal). O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que o projeto chegou agora nesta Casa; que precisa requerer vista; que é absurdo votá-lo em regime de urgência sem passar por qualquer Comissão e ainda já ter parecer pronto; que nem deu tempo de ler o projeto, uma vez que o mesmo seria somente apresentado; que é preciso moralizar esta Casa; que precisam saber para que será o dinheiro. O Sr. Ver. Thiago Malagoli disse que leu a mensagem do projeto e assinou; que o DAEPA é uma das autarquias que possui mais dinheiro; que se o Tribunal de Contas for até a Instituição todos sairão presos; que o Portal da Transparência é uma vergonha; que desafia o Secretário a mostrar os investimentos que foram feitos na última suplementação de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais); que pede para que contratem um gestor que, de fato, vá gerir a autarquia; que não tem havido planejamento; que conhece todos os funcionários e a maioria disse que nada foi resolvido, continuando os mesmos problemas; que foram comprados carros com o dinheiro que seria para custeio/investimento; que assinará mais uma vez; que é preciso haver mais responsabilidade por parte da autarquia, enquanto que o povo continua reclamando da água; que estão fazendo esta Casa de “boba”. A Sr.ª Ver.ª Neusa Mendes disse que embora o projeto não esteja em discussão dirá que o mesmo está nesta Casa somente desde ontem, mas que a Justificativa está clara dizendo que a ideia é corrigir erros do passado; que a contabilidade analisou contos anteriores onde ocorreram lançamentos equivocados; que o orçamento de 30% (trinta por cento) já estourou, por isso precisam da aprovação deste projeto. A Sr.ª Ver.ª Adriana Fátima de Paula Magalhães disse que há 2 (duas) Indicações prejudicadas, a saber a nº 1369/2019 e nº 1368/2019, uma vez que já há Indicações de sua autoria aprovadas neste ano com o mesmo teor. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que o projeto foi entregue ontem; que pelas normas da Casa deveria somente ser apresentado; que em pouco tempo não dá para entendê-lo, nem

se visa algo bom ou ruim; que precisaria, inclusive, consultar seu Jurídico; que quer entender o motivo do regime de urgência; que não leu e não tem condições de votar; que não é justo com o vereador; que pede que o projeto seja votado na próxima semana. Requerimento de regime de urgência APROVADO por 9 (nove) votos favoráveis e 3 (três) contrários. A Sr.ª Ver.ª Marcilene Jacinto Queiroz disse que gostaria de requerer a inserção na pauta de uma Moção de Aplausos; e que a Indicação nº 1367/2019 também estava prejudicada, uma vez que já foi aprovada no mesmo sentido a Indicação nº 827/2019, de sua autoria. Requerimento APROVADO por unanimidade. Foram apresentados, sem discussões, e encaminhados à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para a emissão dos devidos pareceres, os seguintes processos: **Processo de Lei nº 406/2019 (PL nº 52/2019)** – Dispõe sobre o aumento do percentual limite para abertura de crédito adicional especificamente para o Departamento de Água e Esgotos de Patrocínio e abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do exercício de 2019 e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei nº 407/2019** – Denomina de Avenida “Maria Silva Nunes” o logradouro público que especifica (autor: Ver. Valtinho do Jandaia). **ORDEM DO DIA. 2ª (SEGUNDA) DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E REDAÇÃO FINAL. Processo de Lei nº 403/2019** – Denomina de Laurindo Dias Damasceno, o logradouro público que especifica (autor: Ver. Joel de Carvalho). **Processo APROVADO por unanimidade. 1ª (PRIMEIRA) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. Processo de Lei nº 406/2019 (PL nº 52/2019)** – Dispõe sobre o aumento do percentual limite para abertura de crédito adicional especificamente para o Departamento de Água e Esgotos de Patrocínio e abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do exercício de 2019 e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal). Em regime de urgência. A reunião foi suspensa para a emissão dos devidos pareceres. **Pareceres** pela tramitação. Foram lidos os pareceres. O Sr. Ver. Ricardo Balila disse que o DAEPA tem trabalhado na comunidade de Martins; que também está fazendo um novo reservatório com 57% (cinquenta e sete por cento) a mais de capacidade, o que dará segurança à população; que essa votação é para dar andamento às obras realizadas pela Instituição; que os problemas referentes à água não são atuais; que diante da escassez geral de água somos privilegiados por morarmos em Patrocínio; que qualquer governo poderá ter problemas relacionados à água. O Sr. Ver. Rogério Nelis disse que viu os investimentos realizados nos bairros Manoel Nunes, Matinha e Silvano; que mostrará no Grande Expediente da próxima reunião imagens referentes aos investimentos mencionados. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que no projeto é mencionado dinheiro que foi aplicado de forma errônea; que não se trata de dinheiro para novos investimentos como foi falado agora; que pode ver que não entenderam o projeto; que, então, esse valor nada tem a ver com investimentos; que o parecer foi lido em 5 (cinco) minutos, não sendo possível ter sido feito somente no tempo de suspensão da reunião; que isso é fazê-los de “bobo”; que somente pediu um prazo para entender o projeto; que até o momento nada foi dito sobre o real motivo do projeto; que votará contra tudo que for enviado a esta Casa tão rapidamente; que hoje, de fato, há água no bairro Manoel Nunes; que votará contra por não ter tido tempo hábil para ler e entender o projeto, embora o mesmo possa até ser bom, o que não será possível entender desta forma. O Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que a discussão é mais complexa do que foi dito até o momento; que na expectativa de tentar corrigir um erro podem estar cometendo outro; que a população sempre

merecerá um bom governo; que na Justificativa há menção de inconsistência em anos anteriores (2014 a 2017); que o erro que precisa ser corrigido nada tem a ver com a quantidade de água ou sua qualidade; que ao ser votada a lei orçamentária o Tribunal de Contas acha ser aceitável um aumento de até 30% (trinta por cento); que a Mensagem é clara ao mencionar que os 30% (trinta por cento) já estouraram; que esse projeto pode ser um problema futuro para o Prefeito; que para corrigir um erro anterior abrem um crédito suplementar acima do permitido pelo Tribunal de Contas do Estado; que os pontos positivos construídos pela Instituição são merecidos pela população; que poderiam de fato mostrar os erros e sua correção, e até poderia ter aprovação unânime; que se fosse falta de água seria urgente, mas nesse projeto não há urgência; que por isso votará contra. O Sr. Ver. Thiago Malagoli disse que votará favorável; que há 7 (sete) anos aponta erros no DAEPA; que na Instituição não há planejamento; que já remanejaram 30% (trinta por cento) e agora querem remanejar mais; que isso mostra a falta de planejamento; que o valor da água aumentou, embora a redução vá valer para janeiro; que não adianta somente ser “bom de serviço”; que no próximo ano isso não volte a acontecer; que tudo sendo feito “a toque de caixa” não há como fiscalizar; que foi um erro gravíssimo de “sistema”; que enquanto gestor desta Casa analisava todos os dias se os gastos estavam sendo publicados no tempo certo. **Processo** APROVADO por 9 (nove) votos favoráveis e 3 (três) contrários. A Sr.ª Ver.ª Neusa Mendes disse que as benfeitorias do DAEPA são indiscutíveis; que o contador explicou que o DAEPA já utilizou os 30% (trinta por cento); que é preciso abrir esse crédito para regularizar as inconsistências detectadas quando foram feitos balancetes contáveis dos anos de 2014 a 2017, inclusive de contas já aprovadas; que onde seria “débito”, por ex., foi lançado “crédito”; que esta Casa está fazendo o seu papel a fim de não haver outros problemas; que pode ser que esse aumento venha a dar algum problema, mas há uma justificativa plausível para o envio deste projeto. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que foi bem dito que se trata de erros; que essa justificativa poderia ter sido explicada para todos; que é um valor alto para justificar um erro; que os contadores, atual e anterior, deveriam ser responsáveis para mostrar efetivamente os erros; que assim fica tudo muito fácil; que não há necessidade para essa votação urgente; que se trata de mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), o que precisa ser explicado para a população; que se questiona onde está o Ministério Público; que é preciso descobrir onde foi parar esse valor. **Processo de Lei nº 405/2019 (PL nº 50/2019)** – Altera o artigo 2º da lei nº 5.091 de 02 de abril de 2019 que “Autoriza desafetação de área institucional, e afetação das faixas de terreno que especifica como área verde, e contém outras providências” (autor: Prefeito Municipal). O Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que se trata dos mesmos lotes da semana passada; que gostaria de entender, pois, de fato, está com dúvidas. A reunião foi suspensa a fim de que a Comissão possa dar os devidos esclarecimentos. **Pareceres** pela tramitação. **Processo** APROVADO por unanimidade. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA.** Foram APROVADAS, por unanimidade, as seguintes **INDICAÇÕES:** De autoria do Sr. Ver. Ricardo Balila: **nº 1363/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a construção de uma praça de lazer e um parque infantil ao lado do Poliesportivo do bairro Boa Esperança (prejudicada); **nº 1364/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a construção de m heliponto em cima do novo Pronto Socorro Municipal; **nº 1365/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a construção de um Posto de Saúde no bairro Jardim Sul; **nº**

**1366/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a revitalização do Campo de Futebol da comunidade dos Pedros; **nº 1367/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando melhorias na iluminação e a reforma dos bancos da Praça da Igreja São José, no bairro Marciano Brandão (prejudicada); **nº 1368/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a alteração do sentido de direção de um quarteirão da rua Alírio de Melo, no bairro Boa Esperança, subindo até a av. Faria Pereira (prejudicada); **nº 1369/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando um redutor de velocidade na av. Faria Pereira em frente ao Supermercado Anjo da Guarda (prejudicada); **nº 1370/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a revitalização do Conselho Comunitário de Pedros. De autoria do Sr. Ver. Thiago Malagoli: **nº 1371/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a observância e o cumprimento da Lei nº 13.896/19, que altera a Lei nº 12.732/12, para que os exames relacionados ao diagnóstico de neoplasia maligna sejam realizados no prazo de 30 (trinta) dias. De autoria da Sr.ª Ver.ª Neusa Mendes: **nº 1372/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando o envio a esta Casa de um projeto de lei visando regularizar os chacreamentos existentes no município. De autoria da Sr.ª Ver.ª Marcilene Jacinto Queiroz: **nº 1373/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a aquisição de camas hospitalares para empréstimo a pacientes acamados em seus domicílios; **nº 1374/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando um projeto de lei autorizando o parcelamento das multas municipais de trânsito em 12 (doze) vezes, sem multas e juros e desconto para pagamento à vista de 50% (cinquenta por cento). O Sr. Ver. Ricardo Balila disse que não importa de quem é a solicitação, mas a realização das obras para a comunidade; que pede sensibilização por parte do Prefeito a fim de que atenda as solicitações de todos os vereadores. A Sr.ª Ver.ª Neusa Mendes disse que o SAMU possui o helicóptero para levar os pacientes para as unidades mais avançadas, logo parabeniza o vereador Ricardo pela sua solicitação; que pede a parceria de todos os vereadores para que seja enviado a esta Casa projeto para regularização dos chacreamentos, que somente possuem “contratos de gaveta”; que possuidores, vendedores e o próprio município serão beneficiados. O Sr. Ver Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que em um momento de desespero o heliporto poderá salvar vidas; que gostaria de assinar com a vereadora Neusa a Moção de Aplausos nº 466/2019; que há 1 (um) ano tem auxiliado na digitação e correção das poesias escritas pela Sr.ª Isvânia; que convidava todos para o lançamento do livro no dia 30 de novembro na comunidade. A Sr.ª Ver.ª Marcilene Jacinto Queiroz disse que gostaria de assinar com a vereadora Neusa a Indicação nº 1372/2019; que recebe diariamente pedidos em relação aos leitos para pessoas acamadas sem condições financeiras para tal; que apresentou no início de seu mandato pedido de parcelamento referente ao IPTU; que agora pede o parcelamento e desconto quanto às multas; que somente com a quitação é possível obter o certificado de licenciamento dos veículos; que o bem público, de fato, precisa ser melhor cuidada por todos; que a depreciação do mesmo prejudica toda a sociedade. O Sr. Presidente disse que a Indicação nº 1372/2019 está prejudicada em virtude da aprovação da Indicação nº 285/2017, com o mesmo teor. Foram APROVADAS, por unanimidade, as seguintes MOÇÕES DE APLAUSOS: De autoria dos Sr.s Vers. Neusa Mendes e Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz: **nº 466/2019**, ao a Isvânia Maria dos Reis pelo lançamento do seu primeiro livro. De autoria do Sr. Ver. Thiago Malagoli: **nº 467/2019**, a Trícia Vitória pela conquista do Campeonato Brasileiro de Loterias CAIXA no Paralímpico em São Paulo. De autoria da Sr.ª Ver.ª Marcilene

Jacinto Queiroz: nº 468/2019, a Jonatham Batista de Moraes pelos 13 (treze) anos de serviços pela Fox Celulares; nº 270/2019, aos atletas da equipe de futsal sub 15 do Catiguá Tênis Clube que se consagraram campeões do Campeonato de Futsal 2019. De autoria do Sr. Ver. Carlos Alberto Silva (Carlão): nº 469/2019, a Clesio Camilo de Souza pelos serviços como psicólogo e palestrante. A Sr.ª Ver.ª Adriana Fátima de Paula Magalhães disse que já foi votada Moção com o mesmo teor da Moção nº 467/2019, mas que ainda não a entregou; que o vereador Thiago pode assinar e entregar juntamente com ela. O Sr. Ver. Thiago Malagoli disse que gostaria de manter a Moção de sua autoria, uma vez que o Regimento Interno nada diz sobre Moções prejudicadas. O Sr. Presidente leu o art. 263, §6º. O Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que se tratam de campeonatos diferentes, logo as 2 (duas) Moções podem ser mantidas. REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO nº 31/2019, de autoria do vereador Ricardo Balila, sobre a verba no valor de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) que foi paga pelo Governo Estadual ao município de Patrocínio destinada para a construção do novo Pronto Socorro. O Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que sugeria outras questões para serem colocadas no Requerimento de Informação; que é favorável porque todo tipo de informação é bem vinda. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que o dinheiro está na conta; que ficou no município porque o Estado nos devia; que ainda não foi liberado pela justiça; que o valor doado para o Pronto Socorro foi “perdido”, embora tenha ficado aqui para pagar contas devidas pelo Estado ao Município; que não foram pagos os R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), mas quase R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais); que o dinheiro doado ao Pronto Socorro foi perdido e o que ficou foi para quitar dívidas; que é a favor de todo requerimento; que quer saber se o dinheiro que está na conta é o mesmo que foi doado pelo Estado ou se a verba permanece na conta para pagar as dívidas do Estado com o Município. APROVADO por unanimidade. O Sr. Ver. Ricardo Balila disse que o importante é que o Pronto Socorro está sendo construído com dinheiro próprio, sem depender de ninguém. O Sr. Ver. José de Arimatéia Neves disse que é favorável a requerimentos para sanar dúvidas; que se questiona o motivo pelo qual o Município perdeu essa verba de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais); que há documentos na Prefeitura; que lia um trecho de um deles encaminhado no de 21 de dezembro de 2018 pela Secretaria Estadual de Saúde no sentido de que era inviável continuar com o convênio por incompetência da gestão municipal; que o dinheiro veio, mas não foi utilizado; que agora querem “aproveitar” esse valor através da liminar judicial requerida; que é preciso esclarecer a população os reais motivos por ter trocada a construtora e refeito o projeto; que o problema não é construir o prédio, mas manter o Pronto Socorro com qualidade e atendimento 24 (vinte e quatro) horas. O Sr. Ver. Ricardo Balila disse que demanda política, não pessoas; que o vereador Ari está dizendo o que o Cássio, seu advogado gratuito, tem mandado; que o vereador Ari, de fato, é contra o Pronto Socorro; que ele não quer a construção por política; que já mostrou os processos que do vereador ingressou para impedir; que o Tribunal de Contas não liberaria um valor para ser gasto de qualquer forma; que ele deveria se “recolher à sua insignificância”; que um médico não deveria tentar embargar esta obra; que basta entrar no site do Tribunal de Justiça e de Contas para ver os processos mencionados; que Prefeito não gasta dinheiro público como quer; que todos sonham com esta obra e o vereador tenta embargar. REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO nº 32/2019, de autoria do vereador Ricardo Balila, sobre o encaminhamento da prestação

de contas do Conselho Municipal do Esporte de janeiro de 2017 a outubro de 2019. REJEITADO por 7 (sete) votos contrários e 4 (quatro) favoráveis. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que realmente tem algo errado nesta Casa; que aprovou um requerimento que nada vale, porque todos já sabem onde está o dinheiro; que rejeita outro requerimento, que é o que, de fato, quer fiscalizar o Poder Público; que todos sabem que não se pode mexer neste dinheiro; que espera ver clareza nesta Casa; que todos sabem que os votos são marcados; que a maioria vota no que é mandado, talvez até contrariado. O Sr. Ver. Thiago Malagoli disse que completará 7 (sete) anos de mandato; que neste tempo nunca votou contra Requerimento de Informação ou servidor e a favor de aumento de impostos; que tem sido visto pessoas vendendo seus votos; que esta é a Casa do povo, onde as informações devem ser dadas; que vai às Rádios de “cabeça erguida”; que, com respeito ao vereador Margari, deveriam fazer uma campanha para o Alcides voltar para esta Casa ao invés de ficar na Secretaria multando o povo; que é a favor da isenção das multas e de mostrarem quantos milhões foram arrecadados com estas. O Sr. Ver. Ricardo Balila disse que todas as colocações são válidas; que uma sociedade preocupada com os R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) justifica a aprovação do seu requerimento; que há obras em todos os lugares; que Patrocínio está mudada diante de um governo diferente. O Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que não vê motivo para a negativa do requerimento, que pede tão somente uma prestação de contas; que ao menos haja a publicação das mesmas, apesar de não poder ser enviada a esta Casa; que é preciso repensar as questões de transparência para que as pessoas possam acompanhar o trabalho desta Casa. O Sr. Ver. José de Arimatéia Neves disse que a fiscalização é assunto de vereador, não a briga por Indicações e Moções; que fez o requerimento porque há denúncias; que o primeiro Secretário foi afastado por causa de denúncias; que o segundo foi fotografado abastecendo carro próprio; que soube até de sumiço de documentos na Secretaria; que é preciso mostrar para a população onde os recursos são aplicados; que isso é o mínimo que o vereador pode fazer; que o Executivo tem de prestar contas por determinação legal; que em muitos momentos é preciso ir até o Ministério Público para obter informações; que se questiona o que estão escondendo; que Deiró não sabe de nada que tem acontecido; que não tem liberdade nem de fazer um requerimento; que não tem vergonha de nada em sua vida, porque, inclusive, paga suas contas; que não é pelo fato de ser seu último mandato que se calará; que virão outros requerimentos, apesar da possível rejeição; que se o Prefeito vai mal é porque a Câmara é conivente. O Sr. Presidente disse que o parecer do Bispo Dom Cláudio sobre a permuta do terreno para a construção da creche na comunidade de Martins foi contrário, uma vez que o local é um estacionamento; que os produtores rurais da comunidade já compraram 2 (dois) terrenos próximos à escola; que em breve será adquirido outro conforme a metragem solicitada pelo Prefeito.

**GRANDE EXPEDIENTE.** O **Sr. Guilherme Batista da Silva** veio falar sobre o uso do espaço público na praça Santa Luzia e disse que é ministro da eucaristia; que vem nesta Casa como cidadão; que mostraria imagens e um vídeo a fim de mostrar no que se transformou a praça hoje; que todos têm o direito de trabalhar; que a Paróquia Nossa Senhora do Patrocínio é mais antiga do que o município, tendo completado 180 (cento e oitenta) anos; que a realidade atual acabou com a praça; que não está mencionando somente em relação à Igreja Católica; que a praça é utilizada por vários setores, inclusive pela Prefeitura; que a água da fonte está nojenta; que tem um

senhor que a varre com uma folha; que ninguém faz nada em relação aos copos descartáveis e à sujeira; que a Igreja foi reformada recentemente; que não entende o motivo pelo qual não há banheiros na praça, sendo que até mesmo em Guimarães possui; que humildemente pede que façam algo pela praça Santa Luzia e por todas as demais; que a praça do Hospital ficou linda; que na festa passam mais de 2000 (duais mil) pessoas; que o “busto” está apagado; que as pedras colocadas na fonte não têm razão de ser, além de serem perigosas para as crianças; que não há música; que não quer que proibam o trabalho na praça, mas uma regularização do uso quanto aos brinquedos, por ex.; que para qualquer festa acontecer precisa de um laudo dos bombeiros; que a Santa Luzia é um cartão postal do município; que os banheiros são necessários nas praças; que nada tem contra as pessoas que têm seus lanches no local; que há muito tempo ouve falar sobre o calçadão; que não vê motivo para não fecharem a subida da av. Rui Barbosa; que as pessoas não andam com facilidade porque há somente cadeiras; que no horário da missa das crianças já há pessoas montando “pula pula”; que há brinquedos soldados e montados torto pelos bloquetes; que usam, inclusive, energia da Prefeitura; que os trailers não têm água, então jogam tudo na rua; que é questão de higiene; que em tudo os bombeiros devem atuar; que pede que não deixem a praça acabar; que se um dia alguém se machucar não aparecerá o responsável; que na praça Nossa Senhora de Fátima não há “pula pula”; que quando uma criança se machucou em um desses brinquedos lá o dono desapareceu, sendo que a Igreja teve de se responsabilizar; que depois disso não teve mais brinquedos na praça. O Sr. Presidente disse que compartilha com tudo que o Sr. Guilherme falou; que há um projeto do vereador Margari para a construção dos banheiros e quiosques; que é a favor de fechar somente uma das vias da avenida; que é a favor também da regulamentação dos brinquedos; que quando os quiosques forem feitos a prioridade deve ser dos donos de trailers; que farão uma Indicação para que o uso da praça seja regulamentado. O Sr. Ver. Ricardo Balila disse que os banheiros na praça são importantes para a comodidade daqueles que transitam pela praça; que já foi criticado quando mencionou a utilidade dos mesmos; que se não é possível construir em alvenaria que sejam colocados banheiros químicos com manutenção periódica; que agora se percebe que o pedido é da população; que o Sr. Guilherme está certo, a Igreja acabou de ser reformada. A Sr.ª Ver.ª Neusa Mendes disse que a preocupação do Sr. Guilherme é de todos os banheiros; que no seu primeiro mandato já havia solicitado os banheiros; que nem todos os vereadores forem favoráveis com o argumento de que haveria bagunça nos banheiros; que apesar de haver algo negativo os benefícios serão maiores; que deve haver um guarda que tome conta; que até que se construa é a favor de colocarem banheiros químicos; que a praça era linda na época da fonte luminosa; que é preciso tomar providências em relação aos brinquedos, de fato; que o Sr. Guilherme está correto, mas que os vereadores não têm iniciativa; que levará as solicitações ao Prefeito e todos serão parceiros. A Sr.ª Ver.ª Marcilene Jacinto Queiroz disse que a reivindicação do Sr. Guilherme é da sociedade também; que é preciso cuidar e valorizar as praças, que são lindas; que há o projeto do vereador Margari, que dará condições de atender tudo o que foi especificado pelo Sr. Guilherme; que resolverá a questão, desde a regulamentação à higiene; que quem utilizará os quiosques serão os responsáveis pela limpeza; que de imediato é preciso ser regulamentado o uso dos brinquedos; que a fiação fica exposta, o que causa perigo; que é uma situação delicada porque se trata de pessoas que precisam

trabalhar, mas nem mesmo estas pessoas têm a segurança ao oferecerem seus serviços; que é preciso verificar se ao construir o calçadão haverá um local adequado para esses brinquedos; que é preciso revitalizar como um todo o uso da praça, que é um espaço público; que o Prefeito tem feito muito pelos logradouros públicos. O Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que já chegou a dizer que considera a estrutura do projeto em si bela; que no dia da audiência pública sugeriu uma forma de mostrar à sociedade como será quando o local se transformar em um “canteiro de obras”, como por ex. proibir o trânsito por alguns dias; que isso pode mostrar se haverá transtornos no centro da cidade; que a questão dos brinquedos talvez possa ser considerada com um rodízio; que o projeto precisa ser melhor discutido e sentido por parte da população; que concorda com tudo que foi dito pelo Sr. Guilherme; que acha a ideia da revitalização maravilhosa, mas que juntamente a isso é preciso haver um estudo considerando as pessoas; que tem ciência de que é impossível agradar todos; que principalmente aqueles que lá estão há anos mantendo suas famílias devem ser ouvidos; que independente da religiosidade as praças são cartões postais do município; que o projeto pode ser desenvolvido; que tem uma crítica quanto à audiência pública no sentido de que a mesma foi realizada de uma forma direcionada; que muitos gostariam de ter comparecido e se posicionado e não puderam; que talvez possam fazer um plebiscito; que não só os católicos utilizarão os banheiros; que é preciso questionar se a estrutura favorecerá os que utilizarão os quiosques ou se haverá uma questão política por detrás; que é preciso ser imparcial, pensando na limpeza e na fonte, por ex.; que é possível fazer a sociedade sentir como será e promover respostas por parte destas através de enquetes em redes sociais, por ex.; que isso garantirá a participação popular como endosso pelo que estarão fazendo; que espera que a fala do Sr. Guilherme os faça ter iniciativa. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que nunca foi contra os banheiros; que é contra construir e não cuidar, o que transformará o local em ponto de drogas; que é a favor de colocarem alguém para cuidar do local ou terceirizarem esse serviço; que se não houver manutenção e alguém no local não dará certo; que foi o único a ser contra fecharem as “2 (duas) pernas”; que sempre foi a favor de fecharem somente “1 (uma) perna”; que nunca mudou seu posicionamento nem esconderá seu pensamento; que hoje todos já se conscientizaram em fechar somente uma; que é a favor de não retirarem os donos dos lanches e de darem prioridade a eles; que concorda com tudo que foi dito pelo Sr. Guilherme; que se não tomarem providências em relação aos brinquedos virará bagunça mesmo; que é contra construir mais praças, uma vez que não estão conseguindo cuidar adequadamente das que já existem; que é a favor de cuidar das mesmas; que o patrimônio municipal é grande e a manutenção é cara; que a praça Honorato Borges se transformou em ponto de drogas; que a praça da Matriz está sem funcionalidade; que tudo está centrado na praça Santa Luzia; que é preciso levar atrações para as praças, o que levará as pessoas a usá-la como lazer, assim como era feito no passado; que não dirá que irá até o Prefeito porque este não o recebe desde março de 2017, mas que espera que os demais façam algo pela revitalização das praças como um todo. O Sr. Ver. Roberto Margari disse que tudo que foi dito pelo Sr. Guilherme já foi exaurido em discussões, inclusive em audiência pública; que o projeto ficou parado por um tempo; que sua saída desta Casa está próxima; que sugere um simulado, ou seja, que coloquem no local todos os atrativos que serão utilizados nas festividades de fim de anos para mostrar à sociedade como será feita a obra em

definitivo; que junto à ACIP/CDL podem verificar o movimento do comércio local nesta época; que pede a Deus que nada aconteça às crianças que estão, de fato, correndo riscos; que já conversou muitas vezes com os padres porque o barulho atrapalha o horário das orações; que os brinquedos devem ser colocados no local adequado; que pode ser feito um trabalho provisório que mostrará como será ao final; que o projeto tem apoio da municipalidade; que diz ao vereador Thiago que sua saída está próxima; que agradece pela oportunidade de estar nesta Casa, conforme a lei; que por várias vezes já tentaram “derrubar” o Secretário; que o padre já reclamou, inclusive, de como as pessoas se utilizam das árvores urinando e causando mal estar aos demais; que aguarda a construção do Pronto Socorro para que seu projeto inicie, visto que há prioridade; que o cidadão voltará a cuidar dos locais públicos; que sugere, então, o simulado com o fechamento do local a fim de que ao final possam concluir pelo favorecimento do projeto ou não; que podem fazer novamente a audiência pública; que a Casa do Papai Noel não deve ser colocada no mesmo local, mas na via pública; que espera retornar a esta Casa no próximo mandato; que o projeto está nas mãos do Presidente, mas que foi impedido de tramitar pelo gestor passado. O Sr. Ver. Thiago Malagoli disse que todos se esqueceram dos órgãos públicos e de que a praça é tombada; que a Igreja foi reformada, mas é tombada e há trâmites a serem seguidos; que na época conversou com o Dr. Breno, promotor ambiental; que enviou ao Prefeito toda a documentação e reivindicações a fim de questionar o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural para serem averiguados todos os impactos; que tem certeza de que a construção não foi iniciada por tais motivos; que não é simples modificar a praça Santa Luzia; que está se explicando por ter sido mal interpretado em muitos momentos; que o assunto se transformou em politicagem; que o Presidente pode se informar na situação atual deste projeto; que não pediu a saída do vereador, mas o povo que quer a volta do Secretário por não suportar mais as multas com justificativas irracionais; que o Prefeito já pediu para pararem de multar generalizadamente e educar o povo; que Patrocínio só reclama do alto preço do esgoto e da água e agora das multas; que o próprio Prefeito foi até o hospital e pessoas lhe pararam para contar fatos sobre a aplicação destas multas; que até a vereadora pediu para que as multas sejam parceladas em 12 (doze) vezes. O **Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz** disse que se posicionará sobre uma surpresa ocorrida na área da Educação; que no Estado de Minas a Educação é modelo de gestão democrática, apesar de algumas fragilidades; que após a Constituição de 1988 por volta de 1990 começaram os processos de escolha dos Diretores das escolas estaduais pela comunidade escolar; que há uma prova de habilidades e competências; que em seguida a comunidade é consultada, assim como acontece em um processo seletivo; que ontem foram surpreendidos com a tramitação de uma Emenda à Constituição do Estado de Minas que visa “destruir” essa gestão democrática, mantendo tão somente a prova com posterior recrutamento amplo para escolha final, assim como é feito na escolha do Superintendente de Ensino, deixando de ser um Chamamento Público para ser uma indicação política; que deixa nesse momento sua indignação; que entrou em contato com o Deputado Estadual Dr. Hely Tarquínio, que se diz contrário á questão; que leria um comentário postado pelo professor de geografia Jakes Paulo Félix, ex-Superintendente em Uberlândia, no sentido de que o ambiente escolar precisa de democracia e participação da comunidade escolar, não autoritarismo, que é sinônimo de incompetência; que é preciso valorizar as vitórias da educação mineira e não voltar

às barganhas políticas. A **Sr.<sup>a</sup> Ver.<sup>a</sup> Adriana Fátima de Paula Magalhães** disse que foi procurada por alguns moradores que lhe pediram que divulgasse um agradecimento ao Prefeito Deiró Marra; que mostraria no telão os agradecimentos pelas melhorias realizadas na comunidade de Caxambú; que a situação das estradas rurais era crítica; que mostraria um áudio feito por morador da comunidade de Samambaia mostrando o “antes” e o “depois” das obras e agradecendo a ela, ao Prefeito e ao Sr. Jorge Marra pelo que a Administração tem feito pelas comunidades rurais; que mostraria também um vídeo do Prefeito se compromissando a beneficiar o bairro Boa Esperança em relação à praça; que agradecia o governo pelo atendimento às solicitações realizadas. O **Sr. Ver. Ricardo Balila** disse que sem requerer diárias foi a Brasília em busca de apoio parlamentar; que alguns lhe atendiam e outros não com o argumento de que não foram apoiados por ele nas eleições; que descobriu o quão burocrático é trazer e entregar “dinheiro” para o município; que o deputado federal Luis Tibé contribuiu com uma emenda parlamentar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para a APAE; que já havia conseguido R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) através do Prefeito e R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais) de infraestrutura para o novo Hospital do Câncer; que tão logo o recurso para a APAE esteja na conta fará o anúncio. O Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, encerrada esta reunião, da qual lavrei esta Ata que, lida e julgada conforme, será assinada pelos (as) senhores (as) vereadores (as) presentes. Palácio do Legislativo, Sala das Sessões, em cinco de novembro de dois mil e dezenove.

Andréia Côrtes Pereira Queiroz